



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 2.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011

Presidente: Ex.^{mo} Sr. José Diogo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. António Ramos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 11 horas e 55 minutos.

A 2.ª Comissão Especializada Permanente apreciou e aprovou, na especialidade, o orçamento do Ministério do Plano e Desenvolvimento. Usaram da palavra, além dos Srs. Ministros do Plano e Desenvolvimento (Agostinho Fernandes), das Finanças e Cooperação Internacional (Américo Ramos) e dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização (Arlindo Ramos),

os Srs. Deputados Gil Costa (PCD), Gaudêncio Costa (MLSTP/PSD), José Viegas (MLSTP/PSD), Sebastião Santos (PCD), Octávio Boa Morte (ADI), Delfim Neves (PCD), Alexandre Guadalupe (ADI), Levy Nazaré (ADI), António Ramos (MLSTP/PSD) e Isabel Domingos.

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 13 horas e 20 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 11 horas e 55 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Alexandre da Conceição **Guadalupe**
Isabel Mayza Domingos
Octávio da Costa de **Boa Morte** Fernandes
José António do Sacramento Miguel

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

António Neves Sacramento **Barros**
António da Trindade Afonso **Ramos**
Dionísio Fernandes **Leopoldino**
Gaudêncio Costa

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Gil Mascarenhas **Costa**

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, programámos a discussão do orçamento do Ministério do Plano e Desenvolvimento para as 12 horas e 45 minutos. Quanto ao lanche, está atrasado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, estamos cá a aprovar uma série de alterações e não sei se expedientes estão a ser feitos nesse sentido. Gostaria de alertar ao Sr. Presidente que, embora as propostas tenham sido apresentadas por Deputados que não fazem parte da Comissão, devem constar da acta, porque a maioria de Deputados membros da Comissão adoptaram as mesmas. Assumimos as propostas e eu gostaria que isso constasse da acta. Tanto é que quem tem estado a votar somos nós, membros da Comissão. Quer dizer que assumimos as propostas.

Uma voz: — As propostas vieram, nós pegámos e votámos!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vai-se começar de novo? Os expedientes estão a ser feitos, temos aqui uma equipa técnica que está a acompanhar as nossas intervenções e todas as anotações terão que ser feitas também. Portanto, teremos depois acesso ao relatório final e vamos reflectir na realidade sobre tudo o que está a acontecer aqui.

Protestos do Sr. Deputado Octávio Boa Morte.

Sr. Deputado, agora, quando o senhor intervém, é sempre agitado. Eu acho que não é esse o caminho. Tenho sempre feito apelo à calma. Não vamos estar aqui a extravasar, não é isso que nos trouxe cá.

Portanto, vamos fazer um intervalo agora, porque tínhamos programado para as 12 horas e 45 minutos iniciar a intervenção do Sr. Ministro do Plano e Desenvolvimento, mas ele não está cá. Então, há que haver essa compreensão.

Vamos fazer um intervalo, o lanche também está atrasado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gaudêncio Costa.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, queremos trabalhar, gostaríamos de avançar e a minha proposta é no sentido de que, se houver possibilidade, o Sr. Presidente contacte o Sr. Ministro, para ver se é possível ele vir um pouco mais cedo. É só para facilitar, porque depois poderemos estar pressionados pelo tempo. Pode ser que o Sr. Ministro esteja disponível.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares poderia, talvez, ajudar-nos nesse sentido. Ele também não está na sala neste momento e daí não vejo como. Certamente ele deve ter o seu tempo programado. Acho que a única coisa que posso fazer agora, tendo em conta o horário programado, é mesmo pedir que avancemos para um intervalo e que aguardemos para ver. Entretanto, se o Ministro dos

Assuntos Parlamentares regressar, porventura, irei formular esse pedido ao mesmo para ver se contacta o Ministro do Plano, porque acho que é o canal próprio para contactar um membro do Governo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gaudêncio Costa.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, seria bom que se comunicasse a Mesa da Assembleia sobre a alteração que foi feita, de sábado para a segunda-feira.

O Sr. **Presidente**: — Ao nível da Assembleia temos cá um elemento presente, portanto, todas as anotações estão a ser feitas e eu já tinha sugerido até um encontro ao nível dos serviços, para ver como se iria fazer isso. Veremos depois. Portanto, no final da sessão talvez tenha que haver uma sintonia com o Secretário-geral para vermos como é que vai ficar. Tem-se que fazer uma nota. Depois, aqui mesmo ao nível da Assembleia, teremos que ter um contacto com o Governo, também para saber a disponibilidade dos membros, se poderão vir na segunda-feira, se não houver outros constrangimentos. Teremos também que fazer esse trabalho, antes de oficializarmos isso.

Então, vamos para o intervalo.

Eram 10 horas e 15 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos agora dar sequência ao nosso trabalho.

Eram 10 horas e 45 minutos.

Sr. Ministro, bem-vindo a esta Casa Parlamentar. Portanto, estamos a dar continuidade ao nosso debate na especialidade e hoje vamos tratar de questões ligadas ao seu Ministério. Não sei se o Sr. Ministro quer fazer alguma introdução ou alguma nota para apoiar o seu orçamento, para depois passarmos a palavra aos Srs. Deputados que tiverem, eventualmente, alguma pergunta para fazer, no sentido de podermos avançar com os trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Ministro do Plano e Desenvolvimento, para fazer a sua explanação e brindar-nos com algumas informações.

O Sr. **Ministro do Plano e Desenvolvimento** (Agostinho Fernandes): — Sr. Presidente, eu queria, antes de mais, cumprimentar os Srs. Deputados e todos aqui presentes.

Relativamente ao Ministério do Plano e Desenvolvimento, como todos sabem, é um Ministério bastante vasto que abarca dois antigos Ministérios, portanto, o Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e o Ministério do Comércio, Indústria e Turismo.

Relativamente ao orçamento de 2012 do Ministério do Plano e Desenvolvimento, temos para os projectos de investimento um montante de cerca de 287 mil milhões de dobras, repartidos entre vários projectos dos vários sectores. Nessa repartição, o sector da Agricultura tem uma dotação de 52%, o sector das Pescas 19%, o sector da Pecuária 17%, o sector do Comércio 8% e a parte remanescente distribui-se entre os demais sectores: Comércio, Turismo, Indústria, Planeamento, Estatística e outros.

Relativamente ao orçamento de 2011, temos alguns projectos novos e outros que decidimos, digamos, não voltar a inscrever, ou porque se encontram concluídos ou porque a fonte de financiamento prevista não se materializou e então decidiu-se suprimir esses projectos.

No que diz respeito à Agricultura, temos três projectos que decidimos não inscrever no orçamento de 2012. Estamos a falar do projecto de reabilitação do edifício de Agricultura, projecto de apoio à diversificação agrícola e o projecto de apoio ao sector Agrícola e de Pescas. Entretanto, inscreveu-se quatro novos: o programa nacional de extensão rural, a instalação de um parque de maquinaria agrícola, desenvolvimento da segurança alimentar e instalação de delegações regionais de agricultura.

No sector das Pescas, os três projectos que tínhamos para o ano 2011 decidimos não reinscrever. Temos três novos projectos: o reforço da capacidade de pescadores e *palaiês*, a intervenção no centro pesqueiro de Neves e apoio ao programa das pescas.

No sector da Pecuária, decidimos não reinscrever o projecto de apoio ao melhoramento da produção animal e inscrevemos um novo projecto, que é o projecto de desenvolvimento de suinicultura.

No sector das Florestas, o Projecto de Desenvolvimento da Cívica e do Reflorescimento, portanto, não foi reinscrito para o ano 2012. Este sector tem apenas o projecto de luta contra o abate ilegal de árvores.

Para o CATAP, Centro de Formação, continuamos com o programa de formação de pequenos agricultores.

No que diz respeito ao Centro de Investigação Agronómica e Tecnológica, o CIAT, concluímos o projecto de reabilitação do edifício de Potó e inscrevemos dois novos projectos, a saber: garantia na qualidade de segurança alimentar e o projecto de laboratório de referência para o controlo de qualidade.

No Turismo, nós substituímos os projectos que tínhamos em 2011 e inscrevemos três novos projectos: participação em feiras internacionais de promoção turística de São Tomé e Príncipe, promoção de animação turística e qualificação dos sítios turísticos.

Para o sector do Comércio, em 2011, tínhamos o programa de apoio ao sector do Comércio, projecto que não arrancou, mas vai arrancar este ano, por isso é um projecto de continuidade.

Entretanto, inscrevemos nesse sector três projectos: institucionalização da agência de promoção de comércio e investimentos, apoio ao sector privado, através de crédito e institucionalização também da Comissão Nacional de Negociações Comerciais.

No sector da Indústria, suprimimos dois projectos que tínhamos, nomeadamente a instalação de unidades de transformação e incubadoras. Este sector não tem nenhum projecto de investimento como tal.

Portanto, no que diz respeito aos projectos de investimentos do Ministério do Plano e Desenvolvimento, comparando com o ano de 2011, é um pouco o que nós tínhamos para apresentar.

Relativamente às despesas correntes, tomamos grandes agregados de funcionamento e manutenção de unidade, temos um decréscimo de cerca de 2%; despesas com o pessoal temos um acréscimo de cerca de 56%; subsídios às autoridades públicas, 4%; missões ao exterior, 203%; transferência para o Instituto Nacional de Estatística, um decréscimo de 51% e capacitação de pessoal, 45%. Portanto, o total de variação em relação a 2011 é de cerca de 28%.

Portanto, grosso modo, é o que tenho a dizer em relação aos projectos afectos ao Ministério do Plano e Desenvolvimento.

Há uma questão que tenho a informar também, é que relativamente ao Instituto Nacional de Estatística, como sabem, está em curso o IV Recenseamento Geral da População e Habitação e houve um erro que levou a que não se tivesse considerado para o orçamento de 2012 verbas para esse fim e outros inquéritos que devem ser levados a cabo pelo Instituto Nacional de Estatística, mas segundo o Sr. Ministro das Finanças já se processou essa correcção no sentido de integrar esses projectos da Estatística.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, só quero fazer uma pergunta relativamente ao Recenseamento Geral da População e Habitação previsto para 2012. Ouvi a explicação dada pelo Sr. Ministro, mas quero saber se o expediente para resolver o problema de não se ter tido em conta a orçamentação desta actividade vai implicar o aumento da verba que aprovámos na generalidade.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro quer dar alguma resposta?

O Sr. **Ministro do Plano e Desenvolvimento**: — Sim. Em relação a esta questão, não vai implicar, porque tínhamos também um pequeno erro no orçamento, na inscrição. O valor inscrito com financiamento da Espanha era superior ao montante disponível. O financiamento da Espanha é por volta de 6 milhões de dólares no total e já tínhamos toda essa quantia. Esse projecto já está em execução, então substituímos partes do projecto da Espanha pelo projecto de Recenseamento da População, uma parte com o financiamento do Fundo de Contrapartida que é a parte nacional e outra parte que é com o financiamento do Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD) e da União Europeia.

Portanto, isso não implica a alteração total do orçamento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Mas o financiamento com a Espanha não tem já compromisso?

O Sr. **Ministro do Plano e Desenvolvimento**: — Não. O montante total que estava no orçamento é superior ao que está disponível realmente. Não sei se me fiz entender. Quer dizer, tínhamos um total de 6 milhões de dólares inscritos, mas o montante disponível para 2011 não são 6 milhões, é menos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro do Plano e Desenvolvimento, muito boa tarde.

Sr. Ministro, no que toca ao Comércio, se não entendi mal, falou no âmbito nacional do Comércio, mas eu gostaria de saber, particular e especificamente, no caso da Região Autónoma do Príncipe, o que é que o seu Ministério tem em carteira para essa classe, uma vez que, enquanto Ministro da área, foi, creio, uma vez à Região Autónoma do Príncipe. Na altura foi para a realização do Conselho de Ministros. Ao longo dos anos fomos habituados a que cada ministro que assume essa área, normalmente, se desloque à nossa Região e se reúna com a classe, para se inteirar dos problemas que a classe tem. Portanto, creio que, neste caso, não aconteceu e não sei quando é que pensa em fazê-lo.

De momento eu queria saber o que é que tem em carteira para o Comércio na Região.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro do Plano e Desenvolvimento.

O Sr. **Ministro do Plano e Desenvolvimento**: — Sr. Deputado, relativamente ao sector do Comércio, neste momento, o que temos não são projectos específicos para determinadas partes do território nacional. Temos projectos para o território nacional, temos o apoio ao sector privado que incluirá, como é óbvio, empresários de São Tomé e do Príncipe. Temos o projecto de criação da agência para a promoção do comércio e investimento para, por um lado, a atracção de investimento, quer para São Tomé quer para o Príncipe, e, por outro lado, para apoiar também as diferentes fileiras de exportação, portanto, aplicável a São Tomé e ao Príncipe.

No que diz respeito à questão de crédito ao sector privado, como é óbvio, o que vamos fazer é a implementação da agência para a promoção do comércio e investimento, equacionar de facto as melhores formas de atribuir esse crédito de forma não discriminatória. Obviamente que os Srs. empresários do Príncipe, também por serem são-tomenses, são igualmente bem-vindos e poderão, na altura e em função dos critérios que forem definidos, apresentar as suas propostas de apoio ao comércio no Príncipe.

O Sr. Deputado fez referência à não deslocação do Ministro à Região Autónoma do Príncipe. Portanto, estive lá de facto aquando do Conselho de Ministros, mas quer através do Sr. Presidente do governo regional quer do responsável para a área do Comércio no Príncipe, temos informações sobre as diferentes dificuldades que os empresários têm, mas também não está fechada a possibilidade de irmos lá e conversarmos com as pessoas, de modo a sabermos mais de perto quais são as dificuldades.

O Sr. **Presidente**: — Há algum Sr. Deputado que queira se pronunciar acerca disso?
Tem a palavra o Sr. Deputado Gaudêncio Costa.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, gostaria de saudá-lo pela sua disponibilidade em vir mais cedo.

O seu Ministério criou uma Direcção-geral de Turismo e Hotelaria e na Lei 5/97 diz que para ser Direcção-geral é preciso ter, no mínimo, três direcções e eu vejo aqui duas, como o Sr. Ministro fez referência, uma Direcção de Promoção de Actividades Turísticas e uma outra que é Direcção de Desenvolvimento Turístico. Não sei o que Vossa Excelência tem a dizer acerca disso.

Eu também vejo aqui na Direcção do Comércio «programa de apoio ao sector do Comércio», com 2 mil milhões de dobras. Também gostaria que o Sr. Ministro me desse algum esclarecimento em relação a isso.

Vejo também afecto ao seu gabinete «Apoio ao sector privado», 18 mil milhões de dobras, portanto, cerca de 1 milhão de dólares. Nós gostaríamos de obter mais informações acerca disso, como é que esse crédito vai ser dado, para depois termos uma ideia relativamente a isso.

Como estive durante algum tempo ligado ao sector de Turismo, quero dizer, Sr. Ministro, que lamento o facto de o Turismo, sendo um sector, na nossa perspectiva, que pode vir a ser estruturante no desenvolvimento do nosso país e pode, inclusive, se acertarmos nas decisões que tivermos que tomar, ajudar-nos a sair da situação em que estamos, que é de 97% do nosso orçamento ser financiado por ajudas externas. Eu tinha muita esperança que pudéssemos, pelo menos, dar um sinal claro de que iríamos trabalhar no sentido de dar uma maior importância a esse sector e pela percentagem que está reservada ao sector de Turismo, mas tenho muitas dúvidas de que isso vá acontecer. Enfim, são opções do Governo, contudo, gostaria de deixar sublinhada essa lamentação. Espero que nos próximos anos possamos dar uma maior atenção e importância a este sector. Lembro-me que a posição do meu partido era no sentido de termos uma instituição pública virada para um sector de Turismo mais forte. Enfim, fico por aqui.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, mais uma vez, eu não queria intervir, mas infelizmente intervenho para fazer uma pergunta. Tenho que a fazer, porque incomoda-me estar aqui sentado a ouvir essas coisas. Quero fazer uma pergunta ao Sr. Deputado Gaudêncio Costa. O Sr. Deputado não sabia tudo isso que acabou de dizer quando foi director de Turismo e ministro da Economia? Quais são as propostas de alteração e que alterações tivemos neste sector? Porque as pessoas têm que ser um pouco mais honestas. O Sr. Deputado já foi director de Turismo duas vezes e foi ministro da Economia, que tinha a tutela da Direcção de Turismo, Agricultura, etc., etc. Estatisticamente, o turismo está melhor hoje ou no seu tempo? Temos que ser honestos quando fazemos política. É verdade que não temos que recuar para o passado todos os dias, mas eu não posso. Eu, Levy Nazaré, incomoda-me estar aqui sentado a ouvir o Sr. Gaudêncio Costa, que foi director de Turismo duas vezes e ministro da Economia e não tem legitimidade moral.

Entretanto, o Sr. Deputado Gaudêncio Costa pede a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Gaudêncio, nós estamos a discutir o orçamento.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — É direito a resposta, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Correcto. Vai ter direito a resposta, mas eu apenas faço apelo para nos cingirmos ao que estamos a discutir.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gaudêncio Costa.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Sr. Deputado Levy Nazaré, acho que o Sr. Deputado, de vez em quando, perde-se. Às vezes na nossa terra costuma-se dizer: «*sêbê ka ça montxi ê ká n'gana n'guê*».

Sr. Deputado, cada exercício de cada governo é julgado pelo povo. Os senhores estão lá hoje e aquilo que fizerem ou deixarem de fazer é o povo que vai julgar. Não se incomode, Sr. Deputado. Quando se levanta algumas questões é no sentido de melhorar.

Sr. Deputado, Sr. Deputado, Sr. Deputado! A questão que eu levantei, é pena não ouvir o Ministro, é para ajudar, Sr. Deputado. Não se precipite. Onde é que está a desonestidade? O senhor quer dizer que durante o tempo que os governos do MLSTP estiveram no poder não se fez nada em relação ao turismo. Não sejamos desonestos intelectualmente! O senhor tem hoje dados que lhe permitam fazer essas afirmações, Sr. Deputado? Eu noto que o Sr. Deputado, de vez em quando, inflama a sua intervenção, no sentido de confundir as pessoas.

O povo deu-vos legitimidade para governar, na urna. Se os outros partidos que estavam a governar tivessem governado muito bem, teriam ganho. Os senhores ganharam porque o povo depositou em vós confiança e esperança para fazerem melhor.

Se faço esta intervenção é no sentido de ajudar e não é para criar problemas ao Governo. O problema é que o Sr. Deputado anda muito desconfiado. Não posso fazer uma intervenção e o senhor já está a chamar-me de desonesto assim? Eu retribuo. Eu não vejo desonestidade nenhuma. Quais são as perguntas que fiz aqui? Será porque eu comentei que se deu uma importância menor ao turismo no global do Ministério do Plano? Isso é desonestidade, Sr. Deputado? Porque eu perguntei que só há duas direcções quando deviam ser três? Isso é desonestidade, Sr. Deputado? É lei! Que desonestidade? Porque eu falei da questão do crédito, Sr. Deputado? Desonestidade está aonde?

Sr. Deputado Levy Nazaré, contenha-se!

O Sr. **Presidente**: — Mais uma vez, faço um apelo aos Srs. Deputados para nos cingirmos ao que nos trouxe aqui. Vamos discutir, na especialidade, e limitarmo-nos a isso. Acho que são discussões mais viradas para questões técnicas do orçamento e daí a minha sugestão é que abordemos os problemas sem extravasar.

Tem a palavra o Sr. Ministro do Plano e Desenvolvimento.

O Sr. **Ministro do Plano e Desenvolvimento**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Gaudêncio Costa, em relação à primeira pergunta, de facto no OGE aparecem projectos para duas direcções, mas isto não significa que só haja duas direcções na Direcção Geral de Turismo. A Direcção Geral de Turismo tem mais uma direcção que é a Direcção de Inspeção e esta, por não ter um projecto específico, não aparece no orçamento, mas na orgânica da Direcção Geral de Turismo não há apenas duas direcções são três direcções, como manda a lei.

Relativamente ao programa de apoio ao sector de Comércio, este é um apoio específico da União Europeia, que é gerido directamente pelo FED. É um programa que tem duas componentes, onde uma dela chama-se de *Voleau Secteur Priveux* que é, como eu havia dito, apoio ao desenvolvimento de algumas fileiras de exportação, ou seja, apoio no sentido de que os nossos produtores, em determinadas áreas, possam estar a nível em termos de *stander* internacional, para poderem fazer as diferentes exportações.

A outra vertente é apoio à própria Direcção de Comércio, quer do ponto de vista de apoio institucional que é a reabilitação do edifício, apetrechamento e criação de um quadro legal para que os nossos produtos de exportação estejam de facto em condições, quer no ponto de vista legal, quer no ponto de vista de qualidade, de poderem ser competitivos e exportarem para outros mercados.

No que diz respeito a apoio ao sector privado, este crédito está colocado no gabinete, mas quero tranquilizar-lhe que, enquanto eu for o titular dessa pasta, nada acontecerá no meu gabinete. Por isso é que eu aqui, quando fiz a discricção, disse que a Direcção de Comércio é que tratará de gerir esse processo de crédito. Portanto, é um crédito que será obviamente encarregue a uma instituição financeira com juros mais suaves para os empresários, mas o processo de atribuição desse crédito obviamente ainda não está definido, mas vamos definir e atribuí-lo com a maior transparência possível.

Relativamente à sua lamentação em relação à importância do turismo, eu tenho de facto alguma dificuldade em poder explicá-lo isso, porque eu sei que esta é uma matéria que o senhor tem muito mais conhecimentos do que eu e saberá melhor do que eu que o turismo é um sector transversal, ou seja, dar importância ao turismo não é apenas inscrever no OGE verbas importantes para esta direcção.

O Sr. Deputado Gaudêncio Costa sabe quais são os factores que constituem constrangimento ao desenvolvimento do turismo em São Tomé e Príncipe. Um desses factores, saberá como eu, é a questão das ligações aéreas. Portanto, o Aeroporto Internacional de São Tomé e Príncipe e as condições que até a

presente data tem e em que medida isto interfere negativamente no desenvolvimento do turismo. Todos nós sabemos hoje das dificuldades que os turistas têm no sentido da entrada e da recuperação das suas bagagens, quando chegam ao Aeroporto de São Tomé. Tem a ver também com a questão do montante de vistos. Como sabe, também os vistos tinham um valor de cerca de 80 euros e o Governo baixou o valor dos vistos turísticos para 20 euros e assim isto é um factor que necessariamente também terá um impacto positivo no sector do Turismo. Eu não acredito que mais dinheiro conferido à própria Direcção Geral do Turismo tenha só por si um impacto no desenvolvimento do turismo e a intervenção do Sr. Deputado Levy Nazaré vem um pouco nesse sentido, provavelmente que no passado gastou-se um pouco mais dinheiro do que agora nesse sector. Quando observamos as cifras e comparamos o turismo em São Tomé e Príncipe e o turismo noutras paragens não muito longínquas, sentimos que ainda temos muito caminho a percorrer e tudo não tem a ver apenas com o montante que se atribui directamente ao sector.

Também teríamos preferido que houvesse um pouco mais de dinheiro ao sector do Turismo, mas como sabe, em situações como a nossa, é necessário fazer-se arbitragem e escolhas. Não podemos fazer tudo no mesmo momento. Acreditamos que um conjunto de intervenções colaterais podem ter um impacto positivo ao nível do sector do Turismo e não necessariamente o montante da verba afecto a esse sector que como poderá ver nos diferentes projectos que temos aqui. Temos por exemplo a questão de qualificação dos sítios turísticos. Sabe que podemos requalificar esses sítios, mas se os turistas não vierem a nossa receita em relação ao turismo não aumentará. Quer dizer, podemos ter os sítios turísticos devidamente identificados, sinalizados, tratados e tudo mais, mas não é suficiente para podermos atrair os turistas.

Estamos também convencidos de que o desenvolvimento do turismo passa pela credibilidade do País. As pessoas optam por países, em função da sua credibilidade. Acreditamos que se fizermos algum progresso em matéria de São Tomé e Príncipe poderemos também por aí atrair turistas, sem falar da questão da diminuição do paludismo que veio dar um impulso positivo, constituía um constrangimento no passado.

Resumindo, eu concordo que poderia ser um pouco mais, mas infelizmente no contexto em que estamos e pelas arbitragens que temos que fazer não é possível ser mais. Também acredito que há um conjunto de intervenções colaterais mesmo do sector privado que tem um impacto positivo ao nível do crescimento do turismo no nosso país. Se tudo correr bem, a Região Autónoma do Príncipe beneficiará, no próximo ano, de um investimento no sector de turismo, que também será, embora investimento privado, catalisador para o crescimento do turismo em São Tomé e Príncipe.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional** (Américo Ramos): — Sr. Presidente, é só para acrescentar mais um ponto, uma acção do Governo que tem grande impacto na questão do turismo que é a questão do visto electrónico. O Governo, nesse momento, está a trabalhar conjuntamente com o Banco Mundial, no sentido de se processar os vistos através do sistema electrónico, o que ajudará bastante os turistas e as pessoas com destino a São Tomé obterem vistos e confirmação através do sistema electrónico no Aeroporto de São Tomé. Sabe-se que não temos a possibilidade de ter representações diplomática em vários países e isso torna muito difícil o acesso ou a vinda de pessoas. Temos no nosso programa de trabalho e já estamos a trabalhar neste ano com o Banco Mundial para tornar possível a obtenção de vistos electrónicos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gaudêncio Costa.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Muito obrigado Sr. Ministro do Plano e Desenvolvimento pela explicação que deu.

Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional, é isso que eu acho ser a participação que devemos ter, a explicação sobre as acções em relação à questão de vistos electrónicos, porque de facto era um dos constrangimentos que tínhamos. Acho que nesse aspecto vamos no bom sentido e agradeço por esses esclarecimentos.

Quando falei sobre a questão do turismo era para dizer que em termos de administração pública virada para o turismo é bastante frágil e em vários debates nacionais e internacionais que houve fomos aconselhados a termos uma instituição mais forte e que pudesse ter maior autonomia e é nesse sentido que eu fiz a minha intervenção, para ajudar.

Dou só um exemplo aos Srs. Ministros. Temos as casas das roças que o turismo poderia levar a um valor acrescentado e enorme. Sr. Ministro, sei que é sensível a isso e sabe do que é que estou a falar. A ideia era de constituirmos uma instituição capaz de gerir essas casas, no sentido de elas não desaparecerem com a memória que temos. Isso é só para lhe dar um exemplo relativamente a uma instituição com autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Quando vejo a casa de Amparo, de Agostinho Neto e outras e outras, e poderão dizer: «Ah! O senhor foi ministro e director e não fez.» Eu sei que essa é a tentação, mas essa intervenção que estou a fazer é para contribuir e isto não cria dificuldades absolutamente nenhuma ao Governo. É nesta perspectiva que fiz a minha intervenção.

O Sr. Ministro explicou que a verba que está no seu gabinete ia ser gerida, mas ainda não sabe bem como. Achamos que não devia ser assim, porque devemos ter uma ideia concreta daquilo que vamos fazer para depois termos as verbas para afectar, mas de qualquer forma a intenção do Governo é boa. Quando estive no governo, demos à Câmara do Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços algum montante para gestão, no sentido de apoiar os empresários. O que quero aqui propor é que essa verba, em vez de estar afecta ao seu gabinete, transite para o Tesouro e este a transfira para a Câmara do Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços, num banco e seja gerida pela Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços. Essa verba seria gerida pela organização que conhece e que lida com o sector privado, através do banco e obviamente o Governo nomearia alguém para seguir a execução do projecto juntamente com a Câmara do Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços. Esta é uma proposta que fica sobre a mesa.

Outra questão Sr. Ministro, é a verba que está na Direcção do Comércio. Sr. Ministro disse que esta verba depois iria servir para possivelmente a recuperação do edifício da Direcção do Comércio. O que eu gostaria de perguntar ao Sr. Ministro é que montante não estando aqui inscrito no orçamento se essas despesas podem ter lugar ou não?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro de Plano e Desenvolvimento

O Sr. **Ministro do Plano e Desenvolvimento**: — Relativamente ainda à questão de turismo, o Sr. Deputado, embora já tenha dito, acho que estava a fazer referência à criação de um instituto de turismo que é o recomendado. De facto é uma posição, mas muito sinceramente não me parece que a questão de nomes que damos às entidades públicas altera alguma coisa em relação à sua eficácia. Podemos criar um instituto, vamos ter que recuperar as pessoas que estão hoje na direcção e colocá-las no instituto. A questão de autonomia administrativa e financeira, na minha perspectiva, não é só por si garante de resultados, porque temos hoje algumas empresas públicas com autonomia administrativa, financeira e patrimonial e quando olhamos para o resultado ficamos com a sensação de que elas ainda têm mais problemas do que as próprias instituições no sector público não empresarial. De maneira que, na minha perspectiva, deve-se avançar no sentido de reforço de capacidade, de materialização dos projectos, mas não me parece que a solução seja a questão do instituto. Como dizemos, estamos permanentemente abertos às melhores soluções e se efectivamente formos convencidos de que determinada solução dá melhor resultado não teremos qualquer problema em aceitar.

Quanto à questão de crédito, gostaria de dizer que não é que colocamos a verba sem saber o que fazer com ela. Nós não sabemos hoje exactamente a quem individualmente atribuir e não podíamos saber, mas todos sabemos que um dos problemas que o nosso sector privado tem é o problema de financiamento e então necessariamente tínhamos que encontrar soluções orçamentais para ir ao encontro dessa necessidade da nossa classe empresarial. O que estamos a dizer é que vamos adoptar critérios com base nas lições do passado que permitem que os créditos sejam concedidos, que tenham possibilidade de retorno e impacto na economia. A solução da Câmara do Comércio poderia ser uma solução boa, aliás, a Câmara do Comércio e a sua génese tem um pouco a ver com a parceria com o sector público no sentido de levar a cabo um conjunto de acções no mundo empresarial, mas não é novidade para ninguém o estado actual da nossa Câmara do Comércio e a desconfiança que os próprios empresários têm em relação a ela. Julgo que no estado actual a Câmara do Comércio não é uma instituição com credibilidade suficiente para voltar a gerir qualquer espécie de crédito vindo do sector público.

Relativamente à questão da verba do Projecto de Apoio Sector do Comércio (PASC) este é um projecto, como eu disse, que está a ser gerido pelo FED directamente através da União Europeia. Aquilo que se vai fazer no âmbito desse projecto já está definido. Não é um projecto que devia ter sido implementado no ano 2011. Não foi implementado porque houve problemas com a aprovação do orçamento programado pela União Europeia, mas é um projecto com um financiamento directo da União Europeia e as verbas já têm o seu destino que constam no projecto que já foi elaborado e aprovado. Uma das componentes é de facto o reforço institucional que é apoio à própria Direcção do Comércio, que passa pela reabilitação do edifício da Direcção do Comércio e neste momento há uma parte inclusive dessa verba que já foi posta à disposição de um arquitecto que devia trabalhar no sentido de apresentar o plano de remodelação do edifício e que infelizmente ainda não foi feito, mas tem até Janeiro para finalizar isso, sob pena de ser penalizado directamente pela União Europeia.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, com relação ainda à proposta que foi avançada pelo Sr. Deputado Gaudêncio Costa e tendo ouvido o Sr. Ministro dizer que não reconhece na Câmara do Comércio credibilidade suficiente para fazer gestão desta verba, sou de opinião que, ao invés de ser a Câmara do Comércio que a verba fosse transferida para o Ministério das Finanças e Cooperação Internacional e este a encontraria a forma legal junto a algum Banco Comercial para processar esse crédito.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gaudêncio Costa

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — O Sr. Ministro disse que existem três direcções e há uma Direcção de Inspecção de Turismo. É isso Sr. Ministro?

O Sr. **Ministro de Plano e Desenvolvimento**: — Sim. Direcção de Inspecção de Turismo.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — A criação desta direcção não implica gastos para o Estado? Como é que vai funcionar sem estar no orçamento?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro do Plano e Desenvolvimento.

O Sr. **Ministro do Plano e Desenvolvimento**: — Primeiramente quero agradecer o Sr. Deputado Gil Costa e dizer que, a título pessoal, não me importa que a verba esteja ou não no gabinete do Ministro. O que me importa é que os créditos sejam dados ao sector privado e que eles possam contribuir para o reforço da capacidade do sector privado e possam contribuir para o crescimento da economia.

Tecnicamente, o Ministério das Finanças e Cooperação saberá onde melhor o colocar, mas eu queria tranquilizar as pessoas que, ainda que fique afecto ao Gabinete do Ministro, não será gerido pelo Ministro, nem no seu gabinete.

A título de exemplo, devo dizer que quando assumi a responsabilidade desta pasta, a gestão da aquisição e venda de arroz era gerido no gabinete do Ministro, pelo Ministro e Director do seu gabinete. Essas competências foram remetidas à Direcção do Comércio, que é quem tem essa incumbência. Neste momento, ninguém solicita ao Ministro a compra de um saco de arroz, ou a compra de um saco de açúcar. Portanto, tudo isso passa no sector do Comércio que, na minha perspectiva, é o sector vocacionado para fazer isso. Portanto, posso tranquilizar-vos que da minha parte não haverá nenhuma gestão directa de qualquer espécie de fundo público.

No que diz respeito à preocupação do Sr. Deputado Gaudêncio Costa, que também conhece melhor do que eu o sector do Turismo, neste momento já existe nessa Direcção o sector de Inspecção, com inspectores nomeados e auxiliares dos inspectores que têm estado a trabalhar, não sob a denominação de direcção, mas como um serviço de inspecção. Portanto, esse serviço continua, as verbas para as despesas com pessoal e outras despesas de funcionamento estão afectas à Direcção-geral. Não está aqui no OGE simplesmente porque não há projectos de investimento concretamente affectos à Direcção de Inspecção, mas obviamente que no caso concreto nem sequer procederá ao recrutamento de mais pessoas, porque nesse momento já existe um quadro de pessoal afecto ao serviço de inspecção.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Sr. Presidente, é só para clarificar alguns aspectos. Muitas vezes podemos estar a solicitar coisas, mudar de um lugar para outro, mas elas não são inscritas em vão. É claro que o Ministro deu explicação de como será utilizado a verba, qual é a modalidade que se vai utilizar para a utilização ou a canalização da verba.

Outra coisa é a classificação, porque não estamos a falar só de inscrição da verba. O orçamento contém uma classificação, responde a determinadas perguntas: De onde? Para quê? Porquê? Portanto, temos a classificação de despesas por função, sub-função, programa, actividades, projectos. Portanto, são respostas que se têm que dar, em função daquilo que se quer fazer com uma determinada acção. Se é uma função comércio, não faz sentido inscrever a verba no Tesouro. É claro que vai para o Tesouro, porque o Tesouro é único. Agora, em termos de função, qual é o objectivo que se quer atingir com isso? É o comércio. Por isso, a verba está inscrita no ministério vocacionado para tal. Portanto, aquilo não tem sentido, tecnicamente, é bom que tenhamos isso em mente. Tirar na Direcção do Comércio e por na Direcção do Tesouro não faz sentido nenhum da forma como o senhor está a dizer, mas tem sentido em termos de técnica de programação do orçamento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gaudêncio Costa.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, eu peço perdão ao Sr. Ministro do Plano e Desenvolvimento de voltar a insistir relativamente a essa questão. De facto, sei que existe uma inspecção e há um inspector responsável.

A questão que eu volto outra a colocar a Vossa Excelência é se existe uma Direcção de Inspecção? Quero saber se essa designação é correcta, Direcção de Inspecção. Já foi criada essa direcção? Já existe um director? Existe a direcção? Ou está nos moldes ainda de só um inspector?

Murmúrios.

Risos do Sr. Deputado Gaudêncio Costa.

A outra questão que eu gostaria também de ter esclarecimento de Vossa Excelência é que o Sr. Ministro disse que ainda não sabia para quê servia o dinheiro, que modalidade de acesso. Como é que os cidadãos vão ter acesso? Como é que vai se processar? O Sr. Ministro defende que é na Direcção do Comércio e que é um crédito que deve servir ao desenvolvimento do sector privado, mas nós sabemos que muitas vezes as pessoas desvirtuam as coisas. Já há uma equipa que trabalhou a questão, sabe como é que o crédito vai ser processado? É para ter uma ideia, para posteriormente não voltarmos a cometer o mesmo erro.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, faço apelo de um modo geral. Havendo um Deputado a intervir, é bom que consideremos isso e que continuemos nosso trabalho como temos vindo até agora, com uma certa calma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, eu fiquei de facto numa dúvida ainda se de facto o senhor tem um serviço de inspecção ou uma direcção de inspecção. As designações para esses cargos são importantíssimas, porque uma coisa é serviço e outra coisa é direcção. Portanto, eu gostaria que depois o senhor me precisasse o que existe.

Segundo aspecto, acho que a proposta de estar no Ministério das Finanças e Cooperação Internacional não é porque é do comércio ou não comércio. É porque é um crédito e sendo um crédito deve estar de facto alocado a um banco. Eu acho que o organismo do Estado mais vocacionado para essa área é o Ministério das Finanças e Cooperação Internacional, independentemente das classificações que se terá que ter ou não. São rearranjos que devem ser feitos, mas eu acho prudente que o crédito esteja no banco e que o sector das Finanças do Estado tenha uma modalidade e maior controlo dos créditos que existem. Portanto, como o senhor não faz objecção, é correcto. Acho que este montante deve estar no banco sobre tutela do Ministério das Finanças e Cooperação Internacional, definindo claramente os critérios de acesso dos cidadãos a esses créditos. Que observando esses requisitos tenham acesso a esses créditos. Creio que é esse o objectivo que o Governo preconiza com esse montante, para desenvolver o sector privado. Independentemente de ser jovem, mais velho ou não, de certo é o sector privado que deve ser efectivamente desenvolvido.

Eram essas questões.

O Sr. **Presidente**: — Já fiz observação, Sr. Deputado.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Presidente, volte a fazer, porque se não as coisas descambam.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado.

Volto mais uma vez a frisar o apelo a uma certa contenção. Quando for necessário, peçam a palavra, que darei em seguida. É apenas isso.

Sr. Deputado, não é necessário esse tipo de comentário.

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI): — Eu estou a falar de...

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado quer fazer alguma intervenção?

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI): — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra Sr. Deputado Octávio Boa Morte, para uma intervenção.

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI): — Sr. Presidente, há duas propostas. Qual delas vamos adoptar? O Sr. Gaudêncio Costa fez uma proposta e ainda não a retirou e o Sr. Deputado Gil também fez outra. Há duas propostas neste momento. Não é o Sr. Deputado Gil que vai retirar a sua proposta, é o Sr. Deputado Gaudêncio que deve retirar a sua. É só isso que eu gostaria que a Mesa me explicasse.

O Sr. **Presidente**: — De facto houve duas propostas. O Sr. Deputado Gaudêncio fazia referência a colocar as verbas disponíveis desse sector na Direcção do Comércio, se eu bem entendi e o Deputado Sebastião...

Murmúrios do Sr. Deputado Sebastião.

Tem a palavra o Sr. Ministros dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro da Descentralização e Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, é só para alertar a Mesa para uma questão, para discordar um bocado do Sr. Deputado Octávio. É que nesta fase ainda não

estamos na análise das propostas. Os Deputados estão a levantar questões, só depois de essas questões serem devidamente esvaziadas é que se pode avançar com as propostas.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, de facto o Sr. Ministro acaba de dar uma explicação plausível. É verdade que estamos numa fase ainda de conseguir melhorias, portanto, as pessoas estão a levantar questões e acredito que no final um Deputado poderá apresentar uma proposta consentânea com aquilo que se pensa para o sector.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gaudêncio Costa.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, deixa-me só fazer um aparte. Eu acho que as vezes os Deputados do partido que suporta o Governo criam mais dificuldades ao Governo do que os Deputados da oposição. Nós estamos a ter uma discussão que eu acho boa. Estamos a formular questões e Ministro está a responder e muito bem. Isto é que é discussão que deve ter lugar nesta Casa.

O Sr. Deputado há bocado pôs um ponto de interrogação à frente do meu nome. Quer dizer, isso não ajuda no debate de ideias, Sr. Deputado. Estamos aqui num debate salutar, eu não vejo qualquer tipo de problema aqui.

Ainda bem que o Sr. Ministro, em tempos, fez uma intervenção para de qualquer forma desautorizar o Sr. Deputado.

Para continuar, acho que as duas propostas se complementam. Tal como disse o Sr. Ministro, o problema não é onde está o crédito, é aquilo que o Governo quer fazer. Portanto, eu apoio a proposta que o Sr. Deputado Gil fez.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro tem a intenção de dar uma explicação.

O Sr. **Ministro do Plano e Desenvolvimento**: — É só para responder ao Sr. Deputado Sebastião Santos, em relação à designação correcta. Nesse momento, temos uma Direcção de Inspecção de Jogos e Fiscalização das Actividades Turísticas. Portanto, para além das outras duas Direcções, temos essa direcção na orgânica da Direcção-geral do Turismo e Hotelaria.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, é para dividirmos o trabalho em duas fazes e duas saídas e aproveitarmos o memento da mesma forma que vínhamos fazendo com outros ministérios. O Sr. Ministro do Plano e Desenvolvimento chegou agora e não tem informações, se calhar, daquilo que tem vindo a ser o nosso procedimento. Sr. Ministro, para clarificar um bocado, é que inicialmente desde de ontem avançamos com uma proposta.

Murmúrios do Sr. Ministro do Plano e Desenvolvimento.

O Sr. Ministro não deve interromper-me no uso da palavra. Se o senhor quiser usar da palavra interpela a Mesa e se a Mesa entender que não devo falar retira-me a palavra.

Posso continuar, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Sim, eu disse para continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Eu estava a explicar ao Sr. Ministro do Plano e Desenvolvimento que na conjuntura internacional e nacional que vivemos, entendemos que há outras actividades que são prioritárias, que o Governo deve adoptar e não «missões no exterior». Portanto, temos vindo a fazer com todos os ministérios um exercício no sentido de manter a verba inscrita no OGE de 2011 para «missões no exterior», suprimindo o valor duplicado. Para o seu Ministério, como estamos a fazer sectorialmente, ainda não temos um montante definido para fazer a reafectação, mas devo dizer que o montante que vai ser suprimido da rubrica «missões no exterior» do seu Ministério vai ser reafectado aos outros sectores do seu Ministério, que entendemos que devem ser prioritários. Sr. Presidente, como todos já têm conhecimento, a proposta é habitual, portanto, submeto a proposta à vossa consideração.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, apenas para tentarmos organizar as nossas ideias. Estávamos a falar da questão da Direcção do Comércio e o Sr. Deputado já saltou rapidamente para outra questão. Queria que me ajudassem a me situar. A questão do Comércio já está ultrapassada? Portanto, a proposta do Sr. Deputado Sebastião que queria que a verba ficasse no Tesouro.

Uma Voz: — A proposta é do Deputado Gil.

O Sr. **Presidente**: — O Deputado Gil também fez outra proposta à Direcção do Comércio, e depois avançou logo com outra proposta de corte a «missões no exterior».

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Eu até falei como passam, para não criarmos separação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, para finalizar, eu quero saber quais são as propostas. Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro da Descentralização e Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, eu peço mais uma vez desculpa. Foram posta algumas questões ao Ministro e ele ainda não respondeu. A questão de retirada da verba do Ministério do Plano para o Ministério das Finanças, o Sr. Ministro quer explicar como é que isso se processa. Não se explicou ainda e já estão a avançar com as propostas. Ainda não esgotamos a análise e depois de esgotar as análises é que se avança com as propostas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro do Plano e Desenvolvimento.

O Sr. **Ministro do Plano e Desenvolvimento**: — Sr. Presidente, eu queria responder a intervenção do Sr. Deputado Gil Costa em relação à questão «missões no exterior». De facto, quando fiz aqui a apresentação, eu disse que em relação às despesas correntes do Ministério do Plano e Desenvolvimento, as missões no exterior apresentam uma variação de 203% em relação a 2011, mas é preciso também não perdemos de vista o objectivo global disso, o ponto de partida e tentarmos fazer uma análise mais específica por sector para sabermos de facto o que esses cortes representam.

Primeiro, se tivermos em 2011 uma verba de cerca de 601 milhões de dobras para todo o Ministério do Plano e Desenvolvimento, é porque isso representou uma redução em relação a 2010 de 53%. Ou seja, as verbas do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas mais o Ministério de Comércio, Indústria e Turismo, para «missões no exterior» representavam em 2010 1 306 630 000 00 (mil milhão, trezentos e seis milhões, seiscentos e trinta mil dobras). Só o Gabinete do Ministro do Comércio, Indústria e Turismo, em 2010, tinha verba superior a todo o Ministério do Plano e Desenvolvimento, em 2011. Portanto, é preciso termos noção do ponto de partida. Estamos conscientes de que estamos numa conjuntura financeira internacional de crise, que obviamente não começou em 2010 nem em 2011, mas um pouco antes. Estamos de acordo que se faça os cortes que têm que ser feitos, mas é preciso também olharmos para as questões específicas. Por exemplo, a Direcção-geral da Agricultura, para missões no exterior tem 100 milhões de dobras. Portanto, 20 milhões para bilhetes de passagem e 80 milhões para subsídios de deslocação de toda a Direcção-geral da Agricultura. Eu pergunto, quantos bilhetes de passagem 20 milhões de dobras pagam ao longo do ano para uma Direcção-geral da Agricultura? Se formos pegando direcção por direcção, vamos verificar que não passa disso, 20 milhões para bilhetes de passagem e 80 milhões para subsídios de deslocação.

Ao nível do Gabinete do Ministro, temos cerca de 200 milhões de dobras para bilhetes de passagem e 300 milhões de dobras para subsídios de deslocação. O Gabinete do Ministro não é apenas o Ministro. É o Ministro, o Director do Gabinete, o Secretário-geral do Ministério e os seus assessores.

O que peço apenas é que se tome em consideração o ponto de partida, aquilo que de facto eram essas verbas em 2010 e que se reconheça que em 2011 houve uma redução de cerca 50% dessas verbas, para se poder estimar aquilo que pode ser em 2012. Não é apenas nos limitarmos a uma redução, sem qualquer análise prévia, aos números de 2011, sob pena de eventualmente estarmos a prejudicar algumas situações.

Eu particularmente devo dizer que é possível ver-se esses números nos históricos de deslocações, quer no Ministério do Plano e Desenvolvimento quer nos outros ministérios, ver-se quantas deslocações é que os titulares das pastas fizeram ao longo do ano de 2011.

Eu acredito que, independentemente da verba que aqui estiver, essa tendência se manterá, mas Vossas Excelências, no vosso douto critério, melhor decidirão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, se tomo a palavra é apenas para fazer um pequeno comentário sobre a inquietação que eu noto em alguns Deputados, quando se faz uma ou outra proposta. As propostas podem ser feitas, inclusive pelos membros do Governo. Quando levantávamos determinadas questões na generalidade, parecia que as montanhas estavam a desabar, mas apontamos os casos. Hoje apraz-me ver o Sr. Ministro das Finanças a corrigir um dos erros que apontámos. Dissemos na nossa declaração e está registado que o valor do Acordo de Pescas que temos com o Reino da Espanha era superior. Na altura desvalorizaram-nos por completo, mas hoje o Sr. Ministro trouxe uma proposta alternativa. Já não são 91 mil milhões que estavam, mas sim 50 mil milhões. Há uma diferença de 40 mil milhões. Portanto, é também uma proposta, acho que não só inscrever. Acho que quase nenhum Deputado tem cá essa proposta e vai ser distribuída naturalmente aquando da discussão do orçamento com o Ministro das Finanças e Cooperação Internacional.

Isso é apenas para dizer o quê? Quando se faz uma proposta de alteração, ela deve ser argumentada. Se a pessoa que tem a iniciativa da proposta souber argumentar, provavelmente não se altera. Isso não pode servir de motivo de inquietação de muitos Srs. Deputados.

Faço esse comentário, porque é exactamente o que está aqui. O Sr. Ministro entregou a proposta ao Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, não sou eu que recebi. Depois os Srs. Deputados terão a ocasião de ter também.

Vamos andando, haverá mais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, depois de ter ouvido o Sr. Ministro do Plano e Desenvolvimento a detalhar as verbas para «missões no exterior», gostaria de pedir ao Sr. Ministro que detalhasse também as alocações que o seu Ministério fez com relação à Direcção da Agricultura, nomeadamente ao sector Produtivo, para insumos, de igual modo à Direcção das Pescas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Presidente, no quadro de algumas alterações que o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional introduziu, quer dizer, que tivemos acesso, ainda não tivemos tempo de analisar com mais cuidado, já não contempla a despesa 0.1.1 «funcionamento e manutenção de unidade», do seu Ministério. Gostaria de saber qual é ao certo que existe.

Uma Voz: — O Governo ainda não apresentou isso.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Ainda não apresentou, mas a minha preocupação é que vamos acabar aprovando o orçamento deste Ministério.

Segundo aspecto, o Sr. Ministro citou-nos alguns exemplos em que a deslocação para o exterior parece ser reduzida, mas a questão que se levanta é que se a soma das parcelas forem pequenas, todas elas, não há lugar a um resultado volumoso. Se as somas dessas parcelas fossem pequenas como o senhor nos disse, não teria havido um incremento comparativamente com o ano que está em curso, cujo montante era de Dbs. 601 490 416 00 (seiscentos e um milhões, quatrocentos e noventa mil e quatrocentas e dezasseis dobras) e passou para 1 820 000 000 000 00 (mil milhão, oitocentos e vinte milhões de dobras). Para haver esse incremento, quer dizer que existem algumas parcelas e se existirem outras, quase que irrisórias, quer dizer que existe outras bem volumosas, para atingirmos a esse limite.

Só trouxe isso para que se saiba que para dar resultados grandes tem que haver parcelas enormes. É apenas isso que queria trazer, porque de facto triplicou-se, aproximadamente, o orçamento nas missões para o exterior neste Ministério.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Alexandre Guadalupe.

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Sr. Presidente, tomo a palavra apenas para dizer ao Sr. Deputado Delfim Neves que os Deputados da ADI, Grupo Parlamentar de que faço parte, não estão contra as sugestões. Estamos apenas a alertar para que a melhoria que se faz ao orçamento que se faça de forma responsável. Tanto é que constatámos ontem, pelos esclarecimentos que foram feitos pelo Sr. Ministro da Defesa e a sua equipa, que os valores não eram assim tão altos. À semelhança do que se fez com o Ministério da Defesa, acreditamos que deve ser extensivo a outras direcções, a outros sectores e a outros ministérios. Estamos a dizer que é bom que os ministros esgrimem os seus argumentos, justifiquem o seu orçamento e à luz das justificações que derem, aí sim, poderemos fazer as alterações necessárias. Não é porque estamos contra os argumentos que os Srs. Deputados estão a dar.

Quero dizer ainda que estamos em sede da 2.^a Comissão e estamos aqui com Deputados que não fazem parte da 2.^a Comissão. Este quadro é próprio para enriquecer ou ajudar a melhorar o orçamento, mas que não elejamos esse palco para fazer políticas que em vez de ajudar vêm comprometer aquilo que é um instrumento que o Governo precisa para trabalhar.

É apenas isso que quis dizer ao Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, ouvimos os Deputados, mas estamos aqui desde que essa discussão na especialidade começou. É normal que os Deputados da oposição possam ter um entendimento diferente do entendimento do grupo que sustenta o Governo.

Ouvi aqui argumentos que, na minha opinião, foram convincentes, mas cortou-se a verba. Por isso é que pergunto se de facto estamos aqui para contribuir ou não.

Ontem, cortou-se o orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros e aceitou-se o da Defesa.

Sem fazer política, vamos parar e pensar. Posso entender que se tenha cortado a verba de outros ministérios, mas do Ministério dos Negócios Estrangeiros? Ouvimos aqui os argumentos do Sr. Secretário-Geral do Ministério e não foram tidos em contas, mas vamos continuar. Virão outros ministérios e estou aqui para ver se de facto os argumentos vão convencer ou se alguns dos Srs. Deputados estão apenas numa lógica de cortar sem ouvir os argumentos. Depois vêm com desculpas e argumentos de que se os ministros nos convencerem. Acho que os argumentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros convenceram, mas mesmo assim se cortou a verba. Vamos continuar com outros ministérios.

Será que aceitaram o Ministério da Defesa só por ser Ministério da Defesa?

Uma Voz: — Por medo.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Porque é um ministério que tem armas? Não consigo entender como é que o Ministério dos Negócios Estrangeiros, com todos os argumentos que apresentou, não se aceitou, mas pronto, cada cabeça cada sentença.

Mas vamos continuar a ouvir os argumentos dos ministros.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, só quero dizer ao Sr. Deputado Levy Nazaré que os argumentos do Governo devem convencer a oposição e não a ele enquanto Deputado que sustenta o Governo, porque o Sr. Deputado de certeza vai concordar com todas as propostas do Governo. Portanto, o Governo não precisa de convencê-lo.

Também gostaria de dizer-lhe que a diferença que se registou no Ministério da Defesa não tem nada a ver com a diferença que estamos a registar com os outros ministérios. O Ministério da Defesa tinha um acréscimo apenas de quase 300 milhões de dobras, não é o que estamos a registar nos outros ministérios. Outros ministérios têm triplicação de valor.

Portanto, acho que o Sr. Deputado Levy Nazaré não tem razão.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, está aqui uma verba que é para o «reforço de capacidade de pescadores, *palaiês* e aumento de produção de pescado em São Tomé». Gostaria de saber quais são os mecanismos ou que instituição vai fazer isso.

A minha segunda pergunta tem a ver com «intervenção no Centro Pesqueiro de Neves». Que tipo de intervenção o Ministério equaciona fazer nesse sentido?

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Gaudêncio Costa.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Também aparece aqui «apoio a programas de pesca». São três itens relacionados, financiados por doadores diferentes. Temos «reforço da capacidade de pescadores, *palaiês*, aumento da produção», «intervenção no Centro Pesqueiro de Neves» e «apoio aos programas de pescas». São três acções que têm muito a ver e gostaríamos de ouvir do Sr. Ministro qual é a diferença e o que se vai fazer.

O Sr. **Presidente:** — Acho que vou passar a palavra a mais dois Deputados que pediram a palavra, para abordarem tudo e depois o Sr. Ministro poderá responder.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não é para fazer grandes intervenções, mas para dizer o seguinte: não estamos cá apenas a fazer propostas de alteração de forma irresponsável. Estamos numa Casa Parlamentar e, quer queiramos quer não, um Deputado, ao intervir para apresentar a sua proposta, não tem como fugir da política. Quando uma pessoa se inscreve para ser Deputado, tem que saber para onde está a vir. Aqui é a Casa por excelência para fazer política. Não tenham dúvida disso! Mas não estamos aqui a fazer uma política folclórica, até porque estamos com meia dúzia de Deputados, a transmissão não é directa, está a ser gravada, não temos como está a fazer proposta de políticas que não têm nexos ou que não sejam consistente. Isso para esclarecer o Sr. Deputado Levy Nazaré.

Viu e assistiu ontem que antes de entrarmos na discussão do orçamento do Ministério da Defesa eu disse ao Sr. Ministro, por causa de uma intervenção qualquer, que não tenho medo de nenhum ministro e de nenhum Deputado que estava sala. A aprovação do orçamento, nesse caso «missões no exterior» do Ministério da Defesa foi devidamente argumentado e com sustentabilidade e mesmo assim se manteve «missões no exterior» com o valor igual de 2011. A diferença é para missões de exercício militar no exterior. São coisas completamente diferentes. Aprovámos o tecto, está claro, mas separámos «missões no exterior», onde o Ministro pode decidir como entender, enviar técnicos que quiser ou ele próprio representar

o Ministério ou o País. Está com o valor de 2011, mas para missões específicas para o exercício militar no exterior também ficou com a diferença. É preciso ficar bem claro.

Só para complementar, quero dizer ao Sr. Deputado Levy Nazaré que os argumentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros podem ter-lhe convencido, mas pessoalmente não me convenceram. Se quiser comparar com o Ministério da Defesa, este apresentou o seu argumento de forma clara, vivemos e sabemos que existe essa necessidade.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros, embora tenha necessidade de viajar, tem representações diplomáticas no estrangeiro e é uma forma de conseguirmos poupar um pouco. Porque é que há embaixadas? Para representar o Estado naquele país, não havendo condições de o Ministro ir. Se não for um caso imperioso, o embaixador pode representar. É por esse motivo que os técnicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros não nos convenceram.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro do Plano e Desenvolvimento.

O Sr. **Ministro do Plano e Desenvolvimento**: — Sr. Presidente, queria iniciar respondendo ao Sr. Deputado...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, só um momento faz favor.

Srs. Deputados, francamente! Estamos numa sessão da 2.^a Comissão e o Sr. Deputado estendeu-se todo e está a dormir. Isso acaba por tirar alguma seriedade aos nossos trabalhos.

Não me diga que o Sr. Deputado vai argumentar que só está à espera do momento da votação! Não é assim. Sejam correctos nas nossas acções e também nas nossas atitudes!

O Sr. Ministro pode continuar.

O Sr. **Ministro do Plano e Desenvolvimento**: — Queria primeiro dar explicações ao Sr. Sebastião Santos, porque de facto o crescimento da verba para missões no exterior nesta proporção parece significar que na soma das parcelas há valores importantes, como é óbvio, mas gostaria de somar essas parcelas para sabermos de facto o que dá os 1,8 mil milhões de dobras afectos ao Ministério do Plano e Desenvolvimento. Para o Gabinete do Ministro 500 milhões de dobras, para a Direcção Geral da Agricultura 100 milhões de dobras, portanto, 20 milhões para bilhetes de passagem e 80 milhões para subsídios; para a Direcção Administrativa e Financeira 100 milhões de dobras; para a Direcção da Pecuária 100 milhões de dobras; para o Centro de Investigação Agro-tecnológica (CIAT) 100 milhões de dobras; para a Direcção da Agricultura e Desenvolvimento Rural 100 milhões de dobras; para a Direcção da Indústria 100 milhões de dobras; para a Direcção do Comércio 100 milhões de dobras; para a Direcção Geral de Turismo e Hotelaria 100 milhões de dobras; para a Direcção de Regulação e Controlo das Actividades Económicas 100 milhões de dobras; para Direcção Geral do Planeamento 120 milhões de dobras; para o Observatório de Redução da Pobreza 100 milhões de dobras; para a Direcção das Pescas 100 milhões de dobras e para o Gabinete de Planeamento Agrícola e Pescas 100 milhões de dobras. Portanto, são essas diferentes parcelas de 100 milhões de dobras, em que 20 milhões são para bilhetes de passagem, para a Direcção, não é para uma pessoa, e 80 milhões para os subsídios de deslocação.

Muito sinceramente, acho que se calhar podíamos até suprimir isso, porque não vai fazer absolutamente nada. Não se vai pagar passagem nenhum para uma Direcção com 20 milhões de dobras durante um ano. São essas parcelas que permitem chegar a esse montante, isto porque em 2011 não havia absolutamente nada nessas diferentes direcções. Não havia rigorosamente nada.

Respondendo a outras questões que foram colocadas em relação a Pescas, pelo Sr. Deputado José Viegas, a questão de reforço de capacidade dos pescadores e *palaiés*, este é um projecto do Japão que tem a ver com a construção de oficinas de reparação de motores fora de bordo. Já se fez uma na Praia Gamboa e vai-se fazer mais duas oficinas de reparação de motores fora de bordo para permitir aos pescadores intervirem quando tiverem problemas com as suas canoas e motores.

Intervenção no Centro Pesqueiro de Neves é um projecto que visa construção e equipamento de embarcações pesqueiras, instalação de túneis de congelação, salas de transformação, embalagem, conservação, estocagem e distribuição de pescados e seus derivados no tal Centro Pesqueiro de Neves que nesta data encontra-se num estado completo de abandono e de quase ruína.

Apoio ao programa das pescas, Sr. Deputado Gaudêncio Costa, tem a ver com a parte da verba do acordo de pesca com a União Europeia que é afecto directamente aos pescadores e *palaiés*. A União Europeia e o País, no âmbito de uma comissão mista, especificam o âmbito de intervenção desse montante que é uma parte da verba do acordo de pesca com a União Europeia.

Julgo que são essas questões que me foram directamente colocadas e agradeço.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Sr. Presidente, há uma questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Sebastião Santos em relação à supressão de uma categoria de despesa no

novo documento que apresentei. Não se trata de supressão, porque no documento que tem estão todas as despesas correntes e de capital e o quadro que fiz só coloquei despesas de capital. Portanto, não se trata de supressão, mas sim de diferentes quadros.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Deputado Gaudêncio Costa.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, há mais dois projectos. Sabemos que a verba de um foi substancialmente reduzida, é o Projecto de Apoio ao Sector Agrícola e Pescas, outra vez, 1.0.0.7, que é financiado pelo Reino da Espanha e outro que é Projecto de Desenvolvimento para Segurança Alimentar, também cerca de 1 milhão de dólares, 17 mil milhões, que é financiado por Taiwan, 1.0.0.8.

Gostaria que o Sr. Ministro nos falasse desses dois projectos, porque aparece outra vez «agricultura e pescas», depois em baixo aparece «desenvolvimento para segurança alimentar».

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, vivemos num período de necessidade de contenção de despesas e a nossa visão não tem que ser igual à visão dos Deputados que sustentam o Governo, e ainda bem que é assim, é por isso que o País é democrático e temos um Parlamento plural.

A nossa visão relativamente à redução das despesas é ir a viagens. O Governo terá encontrado outro expediente para reduzir as despesas, mas vimos que reduzir a verba das viagens é uma forma. Houve uma proposta de base para baixar à metade. Isso não é para resolver essa questão concreta que estamos a ver agora, mas um pouco mais na globalidade. Peça a vossa indulgência para isso.

O Governo tem 8 biliões, chegou-se à conclusão de que o Ministério dos Negócios Estrangeiros, tendo reduzido à metade embaraça, então, façam reajustes dos 8 biliões. Pode haver um ministério que tenha 100 milhões a mais, se calhar essa verba que é irrelevante para esse ministério é relevante para o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Então façam reajustes.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Depois de ouvir o Sr. Deputado, nem queria mais intervir.

É verdade que estamos numa Casa Parlamentar e deve existir de facto pluralidade de pensamento, mas volto a tocar na tecla de que devemos contribuir de forma positiva.

O Sr. Deputado Gil Costa, quando tomou a palavra, referiu que a diferença do Ministério da Defesa era de 200 milhões e tal. Não sou muito bom em contas, mas também fiz conta em relação ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e a diferença é de 264 milhões, o que é proposto para o exercício de 2011. Tenho aqui os valores.

Quando o Sr. Deputado Delfim Neves fez a proposta, o total é que dava algo parecido com o dobro, mas no Ministério dos Negócios Estrangeiros concretamente não é o dobro. A diferença entre uma proposta e outra só dá 264 milhões de dobras. Estamos a falar, salvo erro, de algo como 10 ou 12 000 euros, para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, para um ano. Talvez eu tenha feito mal as contas, mas enfim, podem continuar a insistir que de facto estão aqui para contribuir e conforme for passando os ministérios, com todos os argumentos esgrimidos pelos respectivos ministros, vamos ver depois na votação. É claro que o sentido de interpretação daquilo que é o argumento de cada ministério servirá para cada grupo parlamentar e o grupo parlamentar da oposição não tem que ter a mesma visão que o grupo parlamentar que sustenta o poder.

É por isso que pergunto se vale a pena continuar ainda a insistir na argumentação sobre viagens. Se for sobre outras questões que estamos aqui a ver, já vi que as contribuições têm sido positivas, mas sobre viagens os grupos parlamentares da oposição não abrem mão da sua posição, por isso se devia passar à votação. É assim a regra da democracia, como já foi dito, a maioria vence.

É essa a proposta que faço à mesa, pelo menos para avançarmos.

Como há proposta de redução, faço proposta de quando chegar à parte da verba de viagens para passarmos logo à votação, porque não vale a pena os ministros estarem aqui a argumentar. Não estão interessados em ouvir os argumentos, só querem cortar.

Se verificarmos bem, não há propostas de redução ou de alteração em relação a outros aspectos na especialidade que estamos a discutir. É só fazer perguntas e dar esclarecimentos.

Portanto, a única coisa que vai para votação é a questão de viagens. Então, vamos simplificar os nossos trabalhos, a maioria decide e pronto, e vamos para casa mais cedo.

É esta a minha proposta.

O Sr. **Presidente**: — Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu vivo numa zona que tem muitos antigos pescadores e eles sempre perguntam pelo Sr. Ministro Arlindo Ramos, que não aparece lá para dar respostas. Dizem que sou o único Deputado.

Eu gostaria de perguntar ao Sr. Ministro da Descentralização se há qualquer coisa no orçamento direccionada a esses antigos pescadores. Só informações.

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Delfim, em seguida darei a palavra ao Sr. Ministro e imediatamente após isso tomaremos uma decisão, porque não podemos continuar cá eternamente a discutir a mesma questão. Portanto, acho que temos que acelerar e continuar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, eu até nem queria fazer o uso da palavra, mas devo confessar que as contas do colega Levy não devem estar muito correctas. Já vimos que o Ministério dos Negócios Estrangeiros tem dois itens: serviço interno e externo. Serviço externo, penso, estamos a referir-nos às embaixadas. Portanto, é preciso somar isso.

Pelo que disse o Sr. Deputado Levy, nós todos temos razão. Se o Ministério dos Negócios Estrangeiros é tão importante, tem por missão viajar, como é que pode ter um incremento de menos de 1/3 terço daquilo que é o orçamento de 2011, quando outros ministérios têm o triplo do incremento? Isso é apenas para dizer que estamos a fazer propostas com coerência. Apenas isso.

O Sr. **Presidente**: — Vou agora passar a palavra ao Sr. Ministro, como havia dito, e após isso passaremos à votação.

Tem a palavra o Sr. Ministro do Plano e Desenvolvimento.

O Sr. **Ministro do Plano e Desenvolvimento**: — Sr. Presidente, eu começo respondendo ao Sr. Deputado que está na mesa. Ao nível do Ministério do Plano e Desenvolvimento não há nenhuma verba prevista para indemnização. O que consideramos que está em cima da mesa é um litígio, isto é, um processo e embora os pescadores aleguem que deviam ter sido indemnizados, porque as tais embarcações foram vendidas, a verdade é que o valor das embarcações não está depositado em lado nenhum que se possa ir buscar e fazer o pagamento. Daí que o Governo orientou um serviço jurídico para analisar essas questões e saber até que ponto o Estado são-tomense tem obrigações de indemnização e, se tal for o caso, proceder ao respectivo pagamento, no âmbito de todo um conjunto de casos litigiosos que estão sobre a mesa. Portanto, isso também faz parte desses processos litigiosos que se reclama ao Estado o pagamento de indemnizações.

A verdade é que nós também estamos sensíveis a essa preocupação, porque de facto estão em causa várias famílias que ficaram um pouco à sua sorte, infelizmente.

Relativamente à questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Gaudêncio Costa, temos de facto um projecto financiado por Taiwan, Projecto de Desenvolvimento para a Segurança Alimentar. É um projecto que vai ser levado a cabo pela Missão Técnica Taiwanesa no domínio da Agricultura, mais concretamente nas culturas alimentares, nomeadamente, milho, batata doce, mandioca, matabala. Esse projecto será, provavelmente, apresentado hoje pela Missão Técnica Taiwanesa e terá para esta parte da agricultura, para o ano 2012, cerca de 17 mil milhões de dobras.

Julgo que o Deputado Gaudêncio levantou outra questão, mas eu não consegui perceber exactamente, daí que, infelizmente, não posso responder.

O Sr. **Presidente**: — Em seguida, vou submeter à votação a proposta feita, de redução da verba de viagens deste sector.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — São duas propostas.

O Sr. **Presidente**: — Então, Sr. Deputado, por favor, repita.
Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização**: — O Sr. Ministro do Plano não entendeu uma pergunta que o Sr. Gaudêncio fez e pediu que o Deputado Gaudêncio repetisse a pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gaudêncio Costa.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, aparece aqui no ponto 1.0.0.7. «Apoio ao sector Agrícola e Pescas», financiado pelo Reino da Espanha e já agora que estou no uso da palavra, vou aproveitar para falar tudo de uma vez ...

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Desculpe, o Sr. Presidente não vai querer dar a palavra às pessoas. Ontem também aconteceu a mesma coisa, eu não percebo porquê. É por isso que eu agradecia ao Sr. Ministro da Descentralização....

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, já agora obrigado por se predispor em esclarecer. Outra questão que eu gostaria de levantar é que está aqui «programa nacional de extensão rural», também cerca de 17 mil milhões de dobras.

Sr. Ministro, temos aqui «luta contra o abate ilegal de árvores», 500 milhões de dobras. Quero dizer ao Sr. Ministro que a floresta representa um ganho económico extremamente importante para o nosso país, então gostaria de pedir-lhe, se for possível, que acrescente a esta actividade mais meios financeiros, porque sabemos quais são as dificuldades que este sector enfrenta.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — A minha proposta é para avançarmos para votação. Se é isso que eles querem, então vamos avançar. Eu também fiz uma proposta e não se pronunciaram sobre ela.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, quer avançar alguma coisa?

O Sr. **Ministro do Plano e Desenvolvimento**: — Sim. Rapidamente quero dizer ao Sr. Deputado Gaudêncio que nós também gostaríamos de alocar mais recursos para as florestas e outros sectores, mas a questão que se coloca é que afectamos recursos em função dos resultados e o que constatamos é que apesar de algum tempo a esta parte se afectar sistematicamente recursos a certos sectores, não há resultados palpáveis. Daí que embora a questão de luta contra o abate ilegal de árvores seja uma prioridade para nós, os investimentos que fizemos em 2010, em matéria de formação e aquisição de meios para os guardas florestais, permitem-nos, em relação a 2012, ter uma verba mais reduzida e uma intervenção mais vocacionada para termos efectivamente resultados em relação a esta matéria.

O Sr. **Presidente**: — Vou pedir aos Deputados proponentes da proposta de alteração para repetirem as propostas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gil.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — São duas propostas que foram colocadas. A primeira é de transferência da verba de crédito para o Ministério das Finanças e Cooperação Internacional, que depois saberá dar o tratamento adequado e a segunda proposta é de alteração da verba para missões no exterior. São estas duas propostas que vamos votar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré, para um ponto de ordem.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, a segunda proposta pareceu-me que o Ministro das Finanças e Cooperação Internacional argumentou, justificou que tecnicamente não é possível. Se nem aceitamos os argumentos, vamos levar isso à votação? O Sr. Ministro explicou isso aqui. Isso não parece ser responsável. Peço aos Srs. Deputados para termos algum cuidado. Os argumentos da redução politicamente ou não podem ter razão, mas transferência da verba do Comércio para estar numa Direcção do Ministério das Finanças, o Sr. Ministro já explicou aqui tecnicamente, embora eu não perceba muita da área, mas entendi. Isso parece uma brincadeira.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço alguma contenção. Quero apenas acrescentar o seguinte: não nos esqueçamos que não devemos, de maneira nenhuma, desvirtuar a natureza do orçamento. O orçamento foi alocado a uma área com algum propósito e não devemos fazer a transferência, não senhor, tirar de um lugar para o outro sem ter em conta todo o constrangimento que isso possa causar.

Murmúrios.

Peço aos Srs. Deputados para não entrarmos nesse tipo de pormenores.

As propostas têm que ter alguma coerência, Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Sr. Presidente, eu acho que não há razão nenhuma para estarmos nesse tipo de diálogo, porque eu disse aqui e bem que se trata de uma classificação no lugar próprio do orçamento. Se o apoio é ao sector privado, isso quer dizer que tem que estar no sector do Comércio. É o lugar apropriado. Agora, se o senhor está a dizer-me que tem que estar no

Tesouro, o dinheiro nunca vai estar no Gabinete do Ministro, porque o dinheiro está na conta única do Tesouro. Ninguém disse que o dinheiro vai estar no Gabinete do Ministro do Comércio.

O dinheiro da Educação também vai estar lá no Tesouro Público, o dinheiro da Saúde também vai estar, dos Negócios Estrangeiros também. Não faz sentido classificar aqui no orçamento que um recurso está no Tesouro. Não faz sentido! Tecnicamente não faz sentido.

Peço aos Srs. Deputados, há conceitos que não vale a pena estar a desvirtuar. Compreendo a preocupação dos Srs. Deputados, entendo a ansiedade, mas carpinteiro é carpinteiro. É preciso que entendamos isso, porque assim estaríamos a desvirtuar tudo.

O Sr. **Presidente**: — Após a explicação do Sr. Ministro, acho que está deveras claro. Portanto, temos agora uma proposta apenas para submeter à votação.

Murmúrios

Srs. Deputados, Srs. Deputados, volto a insistir, não devemos desvirtuar a natureza do orçamento, porque já tivemos no passado este tipo de comportamento a nível orçamental e após isso não houve cumprimento, principalmente quando se desbloqueou não houve espaço para se colocar essas verbas.

Vamos ser sérios, Srs. Deputados!

Já no passado houve aqui o facto de se desvirtuar a natureza do orçamento, depois não teve aplicabilidade. Vamos comparar isso tudo.

Realmente a fonte de financiamento é o Tesouro Público. O dinheiro está lá! Quanto à sua aplicabilidade, vai depender da importância que se der ao assunto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Presidente, ouço aqui dizer que se está a desvirtuar o orçamento. A questão não é esta. Estamos a tratar de uma rubrica que é «crédito ao sector privado». Repito, «crédito ao sector privado». Crédito ao sector privado significa que o senhor quando precisa de algum dinheiro, quer fazer uma determinada operação, um determinado investimento, vai pedir dinheiro emprestado. Se o senhor for ilegível, o senhor recebe o dinheiro. Não se trata de comprar arroz, no sector comercial, nem feijão, nem açúcar, nem nada. O que estamos a dizer é que esse crédito ao sector privado esteja sob tutela do Ministério das Finanças e Cooperação Internacional. Vamos ver, de onde vem quem normalmente vai buscar créditos?

Agora, o problema que se coloca é porque estando sob tutela das Finanças existem regras rígidas. Só tem tutela, porque o dinheiro é entregue ao banco, porque é crédito. Para evitar que eu tenha um crédito e vá dando a quem eu quiser. Portanto, o crédito no banco, sob a tutela do Ministério, está perfeito. Em quê isso desvirtua o orçamento? Não está a desvirtuar absolutamente nada.

Sr. Presidente, as propostas que são feitas numa comissão só podem ser resolvidas de uma única forma: a proposta é feita, ou o proponente retira-a ou avança e se vota. Não deve ser a mesa a dizer que essa proposta não entra ou que essa proposta é retirada. Não é essa a missão da mesa. A direcção da mesa conduz os trabalhos, submete a proposta ao veredicto dos Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, apenas para entender o seu exemplo. Vamos supor que me deu na cabeça aceder a esse crédito, aonde devo dirigir-me para o solicitar?

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — O Sr. Presidente fez a pergunta e eu vou dar-lhe a resposta. Quero dizer-lhe que há mais créditos por aí...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, eu não acabei. Quando eu quiser ir ao banco, eu vou, mas esse crédito é do Governo...

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Mas os créditos do Governo devem estar no banco.

O Sr. **Presidente**: — Acho que o Ministério é que deve gerir isso. Quando se dá posse a esse Ministério, esse Ministério coloca lá o seu pedido.

Quero saber do Sr. Deputado qual seria o Ministério que se encarregaria disso? Seria o Ministério das Finanças e todos deveriam dirigir-se para lá, para solicitar o crédito? Estamos aqui para aprender, não é?

Quero ter acesso a esse crédito, que é do Estado, e eu tenho que ir a uma instituição do Estado solicitá-lo. Qual é a instituição que devo dirigir-me? Às Finanças?

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Presidente, quando o Estado põe à disposição dos cidadãos um determinado crédito, ele define os parâmetros para que as pessoas estejam legíveis a esses créditos. Certo? Depois, a única coisa que faz é pegar no dinheiro, colocar numa instituição bancária comercial e cada um vai lá. Nos critérios que o Governo define para alocação desses créditos, porque há acordos com

quem vai requerer os créditos. Agora, cabe ao Governo estabelecer os critérios para o levantamento dos créditos no banco. Justamente o que se quer evitar é que seja um Ministro a dizer: «você é que tem crédito, você não tem crédito.»

Os ministros definem os parâmetros. É isso que se quer.

Da mesma forma como existem muitos outros créditos, sempre foi, é e deve ser assim. Se não foi, então deve-se trabalhar para que assim seja. Isso é que é crédito.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Sr. Presidente, confesso que tenho certa dificuldade em discutir essa matéria, porquanto, acho que estamos aqui a defender coisas que tecnicamente não são correctas. Estamos, com certeza, a defender coisas que queremos e muitas vezes nos tornamos ridículos nas nossas defesas. Eu pessoalmente também me torno ridículo. Quando perguntamos o que é crédito, crédito é economia e o sector económico qual é? É o Ministério do Plano e Desenvolvimento. Agora, o procedimento que se está a fazer menção aqui é um procedimento regular, como se vai fazer. Em termos de afectação, que sector da actividade económica vai beneficiar desse crédito? É o sector de economia e o sector de economia é onde? O Sr. Deputado até deu exemplo de quem mobiliza. O Ministério das Finanças mobiliza fundos para todo o Ministério, mas quando mobiliza fundos para os Negócios Estrangeiros são para os Negócios Estrangeiros, quando mobiliza para a Saúde, vai para a Saúde. Não vai para o Ministério das Finanças. Acho que é bom, confesso-vos que estou a falar assim não porque quero defender a minha posição, não é isso. Confesso-vos que estou a defender uma coisa que é correcta e depois é bom que as pessoas percebam isso.

Eu estou de acordo com as alterações propostas, estou totalmente de acordo, mas quando falamos do sector que vai beneficiar de crédito, é o sector económico.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Domingos.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, desejo-vos boa tarde.

Sr. Presidente, confesso que durante todo o processo de discussão do orçamento mantive-me em observação, porque acredito que as contribuições, ...

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a Sra. Deputada está a intervir.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Normalmente diz-se que se deve respeitar para ser respeitado. Estamos aqui num clima de trabalho saudável, já foi aqui referido N vezes e subscrevo porque é um exercício da democracia. Dentro da razoabilidade, do respeito, da boa educação, quando mais não seja para formularmos a nossa opinião com muito mais clareza, devemos respeitar a intervenção do outro.

Dando sequência à minha intervenção, tenho alguma perplexidade dado o cenário de discussão que tenho estado a presenciar. Digo isso com um espírito bastante preocupado, enquanto cidadã. Tomo a palavra num espírito de muita preocupação, enquanto cidadã. Devo também salientar que nada percebo de números, de economia e de cálculos, mas faço um exercício de interpretação, faço bastante esforço e peço ajuda e colaboração dos Srs. Deputados para fazermos esse exercício. Há uma verba inscrita, segundo a explicação do Sr. Ministro, no Ministério que tem a competência de fazer a gerência dessa verba. É uma questão de inscrição, a verba está alocada obviamente no Tesouro Público, como também já se fez referência e pelo que me apercebi não é isso que está em causa para os Srs. Deputados. O que parece estar em causa é a gerência da verba. A verba está inscrita no sector de Economia, porque onde tem a responsabilidade de gerir a verba, estabelecendo os parâmetros, delineando os critérios, fazendo toda uma política de gestão da referida verba, creio eu.

Não consigo me aperceber, sinceramente – desculpem a minha ignorância, meramente ignorância – porque é que essa verba deve ser retirada do Ministério do Plano e Desenvolvimento. Creio que o Sr. Ministro não fará a distribuição dessa verba no seu gabinete. Acho que ela será alocada a um banco, os parâmetros serão também cumpridos. Eu Isabel não irei ao Ministério do Plano dizer ao Sr. Ministro que preciso de um crédito, acredito que a gestão será feita.

As propostas e as contribuições devem ser feitas, no sentido de ajudar. Acredito que ninguém sai da sua casa para prejudicar ninguém, se é que somos Deputados da Nação, defensores do povo e fomos eleito para tal. Vamos ser razoáveis no mínimo, é uma questão de inscrição. A verba não pode sair do Ministério do Plano para o Ministério das Finanças, porque é uma questão de alocação. Foi aqui explicado que é técnico. A verba mantém-se, os parâmetros serão definidos, a verba terá o destino que terá e, caso mais tarde se encontrar anomalias, vai-se fazer auditoria e cobra-se.

Por amor de Deus, creio que há discussões que não fazem sentido, peço desculpa!

A segunda parte da minha intervenção tem a ver com viagens. Não tenho aqui o orçamento de 2011 para fazer a devida comparação, mas faço fé no que foi dito pelos Srs. Deputados que a verba para o sector a nível de missões ao exterior quase triplicou. Não vou entrar nesse campo porque não tenho como comparar, mas baseio-me nos dados apresentados pelo Sr. Ministro: 500 milhões, 100 milhões, 100 milhões, 120 milhões.

Estamos a falar de um orçamento em que 93% do valor vem de ajudas externas. Como é que se vai fazer a política de angariação? Como é que se vai trabalhar? Estou a pedir colaboração.

Dos 100 milhões de dobras, também foi dito aqui pelo Sr. Ministro, 20 milhões são para bilhetes de passagem, 80 milhões para subsídio e estou a falar de diferentes direcções. Como é que se vai fazer? Se isso não for desvirtuar o orçamento, qual é outro termo que podemos dar?

O Sr. Deputado Delfim Neves disse e bem que o Parlamento é o lugar próprio para se fazer política. É verdade, mas uma política responsável e coerente.

O Partido ADI venceu as eleições, está a governar e tenha o mandato que tiver, o povo saberá fazer a avaliação, depois virá outras eleições. Não é isso que está em causa, mas a política de se dar condições de trabalho. Como é que se vai trabalhar? O que é que estamos aqui a fazer? Se aprovarmos isso aqui na especialidade com as propostas apresentadas, como é que vai ficar o orçamento depois da aprovação? E como é que se vai trabalhar?

Não é só propor. Depois o resultado que daí advém? Não acredito que estamos aqui a falar porque vai ser gravado ou porque depois irá ao Plenário. Estamos a dar uma boa imagem lá fora, porque ele ou ela fala bem? Não é isso que está em questão. Estamos a discutir coisas concretas, estamos a falar da vida de um país durante 1 ano.

Tirando o período em que estamos aqui, somos Deputados, pais de família, temos irmãos, sobrinhos, familiares, temos isso tudo. O que é que estamos a propor? O que é que estamos a discutir?

Quero reforçar que falo como Deputada, mas com muita preocupação como cidadã, porque na Agricultura, no Turismo, em N direcções, não sei quantas viagens se fará num ano com 100 milhões de dobras.

Não temos capacidade para grandes produções e parcerias e cooperação não se faz só de um lado. Normalmente cooperação tem que funcionar dos dois lados. Se vêm técnicos, ajudas, contribuições, parceiros, investidores, isso é unilateral.

Embora eu tenha chegado um bocado atrasada, os Srs. Deputados estão cá desde as 8 horas e 30 minutos. Independentemente de ser por sector, por amor de Deus, vamos rentabilizar o nosso tempo! Para além de termos uma ideologia política, vamos sentir-nos gente!

Peço desculpas por utilizar o Sr. Deputado como exemplo, mas tirá-lo do Príncipe para participar aqui nas actividades parlamentares e não lhe dar as condições de trabalho, que resultados esperamos de dela?

Peço desculpa pela longa intervenção, nem toda gente tem capacidade de síntese. Se o Sr. Deputado tem, é um privilégio para si.

Risos.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Aliás, calou toda gente.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Espero que esse silêncio pelo menos tenha servido para introspecção. Vamos ser pelo menos razoáveis.

Uma Voz: — Minha amiga.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Acredite que sou sua amiga, porque não levo as questões políticas a peito.

O Sr. **Presidente:** — Tem palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Gostaria de cumprimenta-la Sra. Deputada, uma vez mais, é a primeira vez que a oiço fazer uma intervenção no Parlamento.

Acredite Sra. Deputada que o que nos norteia, pelo menos o meu Grupo Parlamentar, é o espírito de melhor servir, com humildade, e estamos também preocupados com as questões, por isso é que as colocamos. Não estamos a descaracterizar o Orçamento. Essas missões não são para angariar, e não são porquê? Porque há as embaixadas, a parte política, tanto mais que estamos a pegar no orçamento que é vigente. Eu acredito que o Governo está a trabalhar com o orçamento que existe.

Quando estamos no período de contenção, há coisas que podemos substituir. Por exemplo, se pararmos no aeroporto e formos ver os bilhetes que diversos servidores do Estado levam para o exterior, são bilhetes da primeira classe e da classe executiva, que custam o dobro de bilhete da classe económica.

Se estamos num período de contenção, a viagem pode ser feita na mesma, é aquilo que disse aqui ontem: «*anca glandgi, cóbó glandgi, anca tchóco, cóbó tchóco*». Não há um estrangulamento aqui para o

Governo. Pela listagem que foi dada pelo Sr. Ministro, fica-se com a sensação de que todas as direcções têm que ter viagens, e não têm que ter. Este é um aspecto incorrecto que vamos trazendo permanentemente.

No seu Ministério, qual é o sector encarregue pelas relações internacionais? Este sim vai em missões para o exterior. As missões para exterior transformaram-se em deslocações que as pessoas vão fazendo para resolverem determinados problemas, e estamos num período de contenção.

De vez enquanto o vai para uma reunião qualquer que muitas vezes não traz absolutamente nada. Na Europa temos embaixadas que podem representar o País nessas instituições. É isso que é preciso fazer.

Acreditem que há muitas coisas que podemos fazer se pegarmos neste orçamento e analisarmos profundamente. Há cortes que se devia fazer muito mais ainda em determinadas coisas. Somos são-tomenses e sabemos o que se está a passar.

O problema com viagens não é só neste Governo. É um problema crónico que todos justificam permanentemente. Num país pobre como São Tomé e Príncipe não é normal o que se vê.

É difícil haver um dia um voo em que não haja um técnico do Estado saindo numa missão. No fundo uma missão é quando alguém chega lá, manda um convite e as pessoas vão. Não quero com isso dizer que não haja missões. Há missões, mas vamos priorizar de facto as coisas. Será que no sector do Sr. Ministro todos têm essa missão? Se têm todos essa missão, então as coisas estão mal organizadas. Deve-se colocá-las num só sector que trata dessa política. Toda gente não tem que fazer diplomacia e hoje é o que cada um sector faz.

Estamos a falar da racionalidade daquilo que é do Estado e o Estado tem como fazê-lo, porque se o próprio Sr. Ministro, desculpe, pegar nisso, dirá que no sector quem se encarregará de fazer a diplomacia é o sector tal.

No Ministério dos Negócios Estrangeiros toda gente não tem que viajar. Vamos colocar para as viagens estritamente necessárias, vamos usar as embaixadas, as missões diplomáticas que temos, estão lá para isso. Numa actividade que o embaixador pode perfeitamente representar São Tomé e Príncipe vai o ministro fazer o quê? Vêm dizer-me que estão a ir angariar. Nem sempre angariam.

Sra. Deputada, pode crer que pelo menos no que toca a mim não tenho nenhum espírito de bloquear seja o que for. Move-me profundamente a preocupação do sentimento desse país e o que queremos fazer é sermos rigorosos nesses aspectos, para alocarmos esse remanescente para sectores que precisam. Hoje estamos em *sôssô plessá*, amanhã poderemos ir para *bili tchilá*. É isso que queremos fazer e não de ver as propostas que virão para as respectivas alocações.

Se a senhora não tem os pescadores e agricultores com insumos e meios de produção, então vamos continuar eternamente a mandar vir frangos que não servem para nada, nem nos nutrem bem, quando podemos aqui reorientar as coisas e passarmos a ter produções locais. Se tivermos produções locais vamos evitar outras coisas. Não precisaremos de barcos para transportar mercadorias, não precisaremos de pagar os impostos alfandegários. É isso que movimenta a economia do País.

Relativamente à proposta que se fez, não se está a estrangular nada. Trata-se de um crédito e o crédito, pode se dizer, fica no ministério tal e é tutelado pelo ministério tal, porque o beneficiário do crédito não é o Ministério do Plano e Finanças. O beneficiário do crédito é o sector privado. São os cidadãos são-tomenses que se forem ilegíveis vão ao banco buscar o crédito. É apenas essa diferença. Estar-se-ia a desvirtuar o Orçamento se a gente chegasse e dissesse: «meus senhores, vamos retirar essa verba de apoio ao sector privado». No sector privado, não importa que seja uma senhora, um senhor, um mais velho, um jovem, não, são todos os são-tomenses desde que sejam ilegíveis a este crédito e caberá ao Governo definir os critérios e as regras para essa ilegibilidade. É só isso que estamos a fazer. Sra. Deputada, não pretendemos bloquear nada. Apraz-me ouvi-la, uma senhora, se tivesse feito essa intervenção há muito tempo, mesmo de todos os lados, os ânimos provavelmente teriam sido outros, as coisas teriam sido encaradas com mais seriedade por parte de todos, mas a nós posso garantir-lhe que nos move esse sentimento patriótico.

Não tenho mais onde ir, os meus filhos todos estão aqui, tudo de pouco que tenho está aqui. Portanto, tenho que defender com unhas e dentes e acredito que a Sra. Deputada também o faz pelo bem deste país. É isso que estamos a fazer. Cada um de nós está a cumprir a missão que tem.

O Sr. **Presidente**: — Apenas para me elucidar. Sr. Ministro, estamos a contrair esse crédito do exterior? Só para saber a origem do empréstimo. É Taiwan?

E não há constrangimentos específicos para sua concessão. Certamente que foi concedido ao seu Ministro e atira-lo para outro ministério não criará algum constrangimento para o doador?

Tem a palavra o Sr. Ministro do Plano e Desenvolvimento.

O Sr. **Ministro do Plano e Desenvolvimento**: — Acho que o Sr. Ministro das Finanças explicou devidamente as razões que fazem com que tecnicamente isto esteja afecto ao Ministério do Plano e Desenvolvimento. O dinheiro físico não vai estar no Ministério do Plano e Desenvolvimento. Hoje o Ministério do Plano e Desenvolvimento lida directamente com a Câmara do Comércio e permitam-me recordar as pessoas que estamos a falar da Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviço, ou seja,

a instituição do sector privado que lida com o sector real da economia, lida directamente connosco, embora não sejamos tutela.

Acho que não foi por acaso que o Sr. Deputado Gaudêncio Costa fez a proposta de este crédito ser gerido pela Câmara do Comércio. Acho que essa explicação técnica convence ou não em função das ideias de cada um, mas se há um receio, julgo não ser essa questão de que o crédito, estando no Ministério do Plano e Desenvolvimento, haja o risco de arbitrariamente, de o Ministro dar a João, Pedro ou dar a Francisco. Esse risco não diminui se for o Ministério das Finanças. Também é um ministro que vai fazer a gestão em termos de critérios.

Aquilo que o Sr. Ministro das Finanças explicou é que a classificação orçamental tem a ver também com o resultado da afectação da verba e essa verba como tem resultado no sector privado está tecnicamente afecto ao Ministério do Plano e Desenvolvimento.

É verdade que não sou eu que tenho que decidir essas coisas. Em indiferente que esteja aqui ou acolá. A única coisa é que seja dado ao sector de Economia e que produza resultados que muitos créditos que já foram dados não produziram.

O Sr. **Presidente**: — Parece-me que há duas propostas. Uma para transferência da verba para o Ministério das Finanças e Cooperação Internacional, verba que tem a ver com o crédito, e a outra proposta é a redução da verba alocada para «missões no exterior» do Ministério, para manter a proporção actual.

Srs. Deputados, vamos proceder à votação da primeira proposta.

Submetida à votação, foi aprovada com 5 votos a favor e 4 votos contra.

Srs. Deputados, vamos votar a segunda proposta, redução da verba alocada para «missões no exterior».

Submetida à votação, foi aprovada com 5 votos a favor e 4 votos contra.

As duas propostas foram votadas e caberá aos serviços fazer os devidos procedimentos.

Srs. Deputados, declaro encerrada a reunião.

Eram 13 horas e 20 minutos.